

O ESTADO DE S. PAULO — Terça-feira, 29-10-85

JORNAL DA TARDE — 5

POLÍTICA

## CONSTITUINTE

### Uma nova tentativa este ano

*O líder do governo, Pimenta da Veiga, quer votar e aprovar o substitutivo Giavarina em novo esforço concentrado, de 25 a 27 de novembro.*

**O**líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, deverá acertar nesta semana com o presidente do Congresso, senador José Fragelli, e com as demais lideranças partidárias, novo esforço concentrado para completar o primeiro turno de votação da emenda da Constituinte e passar ao segundo turno, e ainda promover a votação em segundo e último turno da emenda da reforma tributária. Esse novo período de esforço concentrado, segundo revelação do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, deverá ocorrer nos dias 25, 26 e 27 de novembro.

Nesse mesmo período deverá ser votado, entre outros projetos, um de iniciativa do ministro Affonso Camargo instituindo o "vale-transporte" para os trabalhadores.

O líder Pimenta da Veiga não acredita em novo impasse na complementação da votação do substitutivo Giavarina à emenda da Constituinte. O ponto mais polêmico — a emenda Uequed, que objetivava ampliar a anistia — foi rejeitada pelo plenário por não ter atingido o quórum de dois terços para aprovação e não voltará mais à discussão.

O vice-líder João Gilberto (PMDB-RS) também não acredita em novos problemas nem que a votação da Constituinte seja adiada para o ano que vem, como sugeriram

algumas lideranças — especialmente as do PDT, que ameaçaram obstruir a votação para apresentar outra emenda em 1986, antecipando para o próximo ano a eleição do sucessor do presidente José Sarney.

Para João Gilberto, "não dar quórum à aprovação em segundo turno da Constituinte significaria também não aprovar a reforma tributária, o que geraria uma repercussão muito ruim junto a diversos setores da sociedade".

#### Anistia

O líder Pimenta da Veiga lembrou também que adiar a votação do substitutivo Giavarina é adiar a anistia aos militares e civis não beneficiados em 1979. Segundo ele, com os esclarecimentos que forneceu, a maioria dos parlamentares deve ter-se convencido de que a anistia prevista no substitutivo "é mais justa e de maior alcance do que a prevista na emenda Uequed, rejeitada".

Os termos da anistia do substitutivo Giavarina foram fruto de negociações entre Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga com os ministros militares, com o ministro da Administração e com o próprio presidente da República. Por ela, serão reparados os servidores civis e militares afastados por

motivos políticos, exclusivamente. O governo não admitiu estender a anistia a servidores punidos poratos administrativos, que iria beneficiar, segundo Pimenta, "civis e militares punidos por tráfico, por peculato, por corrupção, e até anormais".

O líder garantiu que a emenda Uequed, por sua redação, acabaria beneficiando também os implicados no Riocentro e em grandes escândalos financeiros, porque não tinha limite de tempo. O substitutivo Giavarina, ao contrário, dá anistia aos que foram punidos por atos de natureza política até 1979, quando da concessão da anistia pelo presidente Figueiredo.

— Nem no substitutivo Giavarina nem na subemenda Uequed há previsão de anistia ampla, geral e irrestrita. Essa conquista vamos consolidar na Assembléia Constituinte.

O senador Chiarelli, mais enfático, disse que a anistia preconizada no substitutivo é a mais ampla de toda a história brasileira.

— A anistia proposta pelo governo é ampla e geral, abrange civis e militares sem discriminação, mas não é irrestrita porque, ao contrário do projeto Uequed, não atinge os corruptos, apenas os punidos por motivos políticos.

Quanto à Constituinte, que será congressual, Chiarelli lembrou que nela não haverá nenhum bônico, cujos mandatos se encerram no próximo ano. Os 23 senadores que permanecem no Congresso foram "eleitos democraticamente" em 1982, com poder constituinte derivado, e assim comporão normalmente a futura Constituinte.

Se o problema da anistia está aparentemente superado, a ampliação do prazo de seis para nove meses de desincompatibilização para ministros de Estado sem mandato parlamentar, que queiram ser candidatos em 1986, ainda não está inteiramente absorvido. Ontem, o ministro Aluísio Alves, da Administração, confirmou que será candidato ao Senado ano que vem e reclamou:

— A idéia é evitar que o ministro não use a máquina do governo para fins eleitorais. Acontece que quem quer usar a máquina não o faz nesse período, mas desde que assume o cargo. Mas mesmo se admitindo que se queira evitar isso por determinado tempo, não é justo que os parlamentares que são ministros de Estado possam ter esse suposto privilégio por mais tempo que os ministros sem mandato. O prazo deve ser igual para todos.

Outra questão que o Congresso ainda deverá resolver, no período de esforço concentrado, é se a Constituinte funcionará sozinha ou simultaneamente com a Câmara e o Senado. Na votação da semana passada foi aprovado pedido para suprimir do art. 1º do substitutivo expressão que determinava o funcionamento simultâneo da Constituinte e do Congresso. Mas ficou pendente de votação pedido de reinclusão no texto do substitutivo do trecho suprimido.